

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. Ficamos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nº Nota	12-2015	12-2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nº Nota	12-2015	12-2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10	19	Fornecedores		1.400	2.861
Contas a receber		74	843	Debitores	8	2.561	47
Impostos e contribuições a recuperar		305	403	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias		481	571
Total do ativo circulante		389	913	Dividendos a pagar	9	1.398	1.297
				Total do passivo circulante		5.840	4.776
Não circulante				Não circulante			
Créditos com partes relacionadas	6	10.886	9.215	Debêntures	8	17.221	19.681
Imobilizado	7	17.294	19.506	Total do passivo não circulante		17.221	19.681
Total do ativo não circulante		28.180	28.721	Patrimônio líquido	9		
				Capital social		749	749
Total do ativo		28.569	29.625	Reserva legal		304	283
				Reservas de lucro		4.454	4.135
				Patrimônio líquido dos controladores		5.507	5.168
				Total do patrimônio líquido		5.507	5.168
				Total do passivo e patrimônio líquido		28.569	29.625

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Nº Nota	12-2015	12-2014
Receita líquida da prestação de serviços		32.993	27.184
(-) Custo dos serviços prestados		(25.329)	(14.853)
Lucro bruto	10	7.664	12.332
(+/-) Despesas e receitas operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	12	(4.006)	(3.707)
Despesas financeiras	11	(3.200)	(3.090)
Receitas financeiras	11	104	7
Outras despesas operacionais	12	-	(1.157)
(=) Resultado operacional		562	4.385
(-) Contribuição social	13	(42)	(431)
(-) Provisão para imposto de renda	13	(91)	(1.173)
		(133)	(1.603)
Lucro líquido do exercício		429	2.781

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	12-2015	12-2014
Lucro líquido do exercício	429	2.781
Resultado abrangente total	429	2.781

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	12-2015	12-2014
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e de acionistas não controladores	562	4.385
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:		
Juros, variações monetárias sobre debêntures	3.129	2.749
Depreciação e amortização de bens do ativo imobilizado	2.214	2.214
	5.905	9.348

Varição nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:

Diminuição (aumento) em contas a receber	769	(656)
Diminuição (aumento) em partes relacionadas	(1.671)	(7.389)
Diminuição (aumento) nos demais ativos	(264)	1.392
Aumento (diminuição) em outros passivos	(1.499)	859

Caixa e equivalentes provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais:

Imposto de renda e contribuição social pagos	3.240	3.553
	(136)	(1.649)

Caixa e equivalentes líquidas provenientes de (aplicadas nas) atividades operacionais:

	3.104	1.904
--	--------------	--------------

DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:

Aquisição de bens do ativo imobilizado	2	286
--	---	-----

Caixa e equivalentes líquidas provenientes das (aplicadas nas) atividades de investimentos:

	2	286
--	----------	------------

DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:

Pagamento de juros debêntures	(3.115)	(2.663)
-------------------------------	---------	---------

Caixa e equivalentes líquidas provenientes das atividades de financiamentos:

	(3.115)	(2.663)
--	----------------	----------------

Redução do caixa e equivalentes:

No fim do exercício	(9)	(472)
No início do exercício	19	491

Redução do caixa e equivalentes:

	(9)	(472)
--	------------	--------------

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ceiros com finalidade especulativa. Os riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites, como seguem: (a) Categoria dos instrumentos financeiros: Segue abaixo o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referente à Controladora em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Ativos	12-2015		12-2014	
	Empres- tímo- recebíveis	Custo amor- tizado	Empres- tímo- recebíveis	Custo amor- tizado
Contas a receber	74	-	843	-
Créditos com partes relacionadas	10.886	-	9.215	-
Total dos instrumentos ativos	10.960	-	10.058	-
Passivos				
Fornecedores	-	-	-	1.460
Contas a pagar	-	1.400	-	1.400
Debêntures	-	20.101	-	20.000
Total dos instrumentos passivos	-	21.501	-	22.860

(b) Gerenciamento de riscos: Risco de crédito: A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha. Não há concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. Risco de taxa de juros: A Companhia possui debêntures indexadas ao CDI, expondo esses passivos a flutuações nas taxas de juros. A Administração monitora o comportamento de mercado das taxas futuras de juros com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratar instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas. (c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: Debêntures: O valor de mercado das debêntures não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As debêntures possuem taxas compatíveis com as taxas praticadas atualmente pelo mercado e estão sendo atualizadas de acordo com os contratos firmados. O saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2015 corresponde aos valores efetivos para liquidação. (d) Operações com derivativos: No período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não realizou quaisquer operações com derivativos. (e) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa e debêntures, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2015 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação do CDI para as debêntures. Com relação as debêntures, referem-se a operações de financiamento à produção tomadas a taxas de mercado. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas debêntures a qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses; e este definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "despesa financeira bruta".

Operação Risco Cenário Cenário

Debêntures - taxa sujeita a variação	CDI	10,00%	12,50%	15,00%
Posição em 31/12/2015 = R\$ 20.101		2.010	2.513	3.015
Totais		2.010	2.513	3.015

15. Outros assuntos: Provisões litigiosas: Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não havia processos judiciais, prováveis ou possíveis, em discussão, envolvendo a Companhia, fazendo-se desnecessária a constituição de qualquer provisão. Informações suplementares: A Lei 12.973/14, promoveu alterações no IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, com vigência para 2015, permitindo ao contribuinte adesão às novas regras já em 2014, de forma irretroativa. A referida Lei antes vinda da medida provisória 627 dentre outros assuntos, tratou especialmente em harmonizar a legislação tributária com os critérios e procedimentos contábeis introduzidos pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, bem como a extinção do RTT (Regime Tributário de Transição) e novas regras de tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil com relação aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e, alterações na forma de utilização do ágio. A Companhia optou por não adotar de forma antecipada a presente lei. Todavia, com base no texto vigente estimamos que a referida lei não acarrete efeitos contábeis relevantes nas informações financeiras da Companhia.

MARIANA CAMBIAGHI LOURENÇO - CRC 1SP311493/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Sustenta Comercializadora de Energia S.A. - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Sustenta Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sustenta Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São Paulo, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes Giuseppe Masi

CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1SP176273/O-7

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Reserva legal	Retenção de Lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2014	749	144	2.155	-	3.002
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.781	2.781
Reserva legal	-	139	-	(139)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(660)	-
Retenção de lucros do exercício	-	-	1.981	(1.981)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	749	283	4.136	-	5.168
Saldos em 01 de janeiro de 2015	749	283	4.149	-	5.168
Lucro líquido do exercício	-	-	-	429	429
Reserva legal	-	21	-	(21)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(102)	-
Retenção de lucros do exercício	-	-	305	(305)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	749	304	4.454	-	5.507

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Sustenta Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Magalhães de Castro, 4.800 Torres3Continental Tower - 26º andar - sala 03, São Paulo - SP, tem por objeto a comercialização de energia elétrica adquirida de distribuidoras, bem como o fornecimento de energia elétrica de geradores, quando necessário. Os Nossos Clientes são: Consórcio Condomínio Shopping Metro Tucuruvi, Consórcio Condomínio Catarina, Condomínio Shopping Bela Vista, Vila Catarina Shopping, Compassa Comercializadora Energia Ltda., onde proporcionamos um fornecimento de energia adequada e com o custo mais competitivo. Os Nossos Parceiros são: Compassa Comercializadora de Energia, NC Energia S.A., Tractebel Energia Comercializadora Ltda., onde compramos energia com o custo mais competitivo.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi emitida pela Diretoria em 30 de março de 2016. 2.2. Moedafuncional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Principais práticas contábeis: a. Apuração do resultado: a.1. Receitas da prestação de serviços/comercialização de energia/receita de aluguel: As receitas, os custos e as despesas são registrados em conformidade com o regime de competência relativos à comercialização dos megawatts. b. Ativos, circulante e não circulante: b.1. Caixas e equivalentes de caixas: Caixa e equivalente de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis (saldos em contas-correntes bancárias) e aplicações financeiras de curto prazo, com vencimento inferior à 90 dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa também são considerados os saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. b.2. Outros ativos: Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias incorridos. b.3. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 7. c. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: Não foram observadas evidências de perda de valor econômico dos ativos, dispensando a constituição de provisão para não recuperabilidade destes. Revisa-se anualmente o teste de redução ao valor recuperável, ou ao maior frequência quando há indicação de não recuperabilidade, buscando identificar alterações nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que indiquem perda na geração de benefícios econômicos. Quando identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para adequação de ambos. As premissas utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados e em estudos de viabilidade econômica descontados a valor presente. Não houve registro de perdas decorrente de redução de valor recuperável dos ativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014. d. Passivos, circulante e não circulante: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. d.1. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Reconhecidos quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente apresentados pelo método do custo amortizado. e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: O imposto de renda e a contribuição social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente para o regime de tributação do lucro real, pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. f. Ativos e passivos contingentes: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. • Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. A provisão para demandas judiciais, especificamente, está relacionada às questões trabalhistas, fiscais e cíveis, e está registrada de acordo com a avaliação de riscos (Perdas Prováveis) efetuada pelos consultores jurídicos e Administração da Companhia, inclusive quanto à sua classificação no Passivo não Circulante. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Passivos contingentes - Nota 3.f.g. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas e controladas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

4. Novos IFRS e interpretações do IFRIC: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros): A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. IFRS 16 Leases (Operações de Arrendamento Mercantil): Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando os efeitos das IFRS 9 e 16 em suas demonstrações financeiras e ainda não concluiu suas análises sobre o impacto de sua adoção. Adicionalmente, não se espera que as demais novas normas ou modificações, que não as mencionadas acima, possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o saldo de caixas e equivalentes de caixa é composto como segue:

	12-2015	12-2014
Caixa e Bancos	10	19
	10	19

6. Partes relacionadas: 6.1. Operações de empréstimos e mútuos: O saldo a receber representa principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo com prazos indeterminados, celebrados entre a Companhia e sua controladora sem a cobrança de juros. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos ativos e passivos com partes relacionadas estão assim apresentados:

	12-2015	12-2014
Adições/Excluídos	562	4.385
Adições/Excluídos	(100)	402
Base Lucro Real	462	4.787
IRPJ (15%)	(69)	(718)
IRPJ (10%)	(22)	(455)
CSLL (9%)	(42)	(431)
	(133)	(1.604)

14. Instrumentos financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxa de juros e de moeda. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos finan-

JHSF Participações

Total

7. Imobilizado: Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

Item	Movimentação 12 - 2015		Valor residual em 31/12/2015	Taxa Média % Depreciação
	Valor residual em 31/12/2014	Adições		